



# COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### 1. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

A Copa Energia apresenta seu Relatório Anual de 2021, fortalecendo o compromisso com a transparência e a prestação de contas, que sempre foi característico das empresas Copagaz e Liqueigás, e mantendo uma comunicação próxima com colaboradores, fornecedores, revendedores, parceiros de negócio, consumidores, comunidades e sociedade em geral.

Este documento traz entre os seus principais fatos empresariais do ano a continuidade do processo de integração das distribuidoras e a criação de uma nova marca corporativa. Além disso, apresenta melhorias de gestão realizadas no período reportado, projetos de destaque, dados quantitativos relevantes e uma síntese sobre o desempenho financeiro e operacional - conteúdos seguidos pelas Demonstrações Contábeis, que compõem o segundo bloco da publicação.

Em todos os trechos onde se lê "Copa Energia", o leitor deve interpretar como uma referência ao Conglomerado Copagaz, que reúne as empresas Copagaz e Liqueigás. Essa foi uma maneira de facilitar a comunicação sobre as realizações e o desempenho consolidado dessas empresas em linha com a nova marca.

A presente publicação cumpre a exigência da Lei das Sociedades Anônimas (nº 6.404/1976) e as recomendações do Parecer de Orientação CVM nº 15, de 28 de dezembro de 1987, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas externamente pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

### 2. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Temos vivenciado um momento histórico para o setor de GLP. Promovemos a união de duas empresas genuinamente brasileiras, Copagaz e Liqueigás, que criaram um valioso legado de conhecimentos, experiências e boas relações ao longo dos últimos 70 anos.

Esse período de integração tem sido enriquecedor e muito dinâmico. Como o leitor pode imaginar, unir duas empresas nos exigiu (e nos exigirá) a mobilização de todos os colaboradores, a fim de integrar, alinhar e capturar sinergias em governança, sistemas, processos, equipes, comunicações e tudo mais que envolve o bom funcionamento de uma organização. Concluímos, nesse contexto, a transferência de 17 bases para outros players do setor, garantindo pleno atendimento às definições do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). E deve ressaltar que conduzimos todas essas frentes de trabalho mantendo a eficiência dos serviços e o foco no cliente. Assim alcançamos receita líquida de R\$ 10.172,1 milhões e Ebitda de R\$ 590,4 milhões.

Lançamos, também, a nossa nova marca corporativa. Hoje somos Copa Energia, uma companhia que nasce com o propósito de energizar vidas e negócios de forma sustentável. Essa é uma mudança considerável em nosso posicionamento, forma de dialogar com as pessoas e maneira de enxergar o futuro. Muito além de fornecer produtos e soluções baseadas em GLP, que segue em nosso core business e continua a representar um produto de extrema relevância para a matriz energética residencial e empresarial brasileira, estamos preparados e dispostos a empreender um movimento gradual e consistente, com a incorporação de alternativas sustentáveis como a energia eólica, solar, biomassa, hidrogênio, entre outras.

Ao longo desse processo de transformação e de construção de futuro, valorizaremos o GLP como um combustível de transição, que, em substituição a opções como a lenha e o carvão, é capaz de promover diversas vantagens como ganhos de eficiência, mais segurança e menores impactos à saúde e ao meio ambiente - apenas para citar algumas. A inovação continuará desempenhando um papel preponderante para o aperfeiçoamento e a criação de soluções.

Para além das questões da integração, que estarão descritas ao longo deste documento, apresentamos no relatório uma síntese do nosso desempenho operacional e econômico-financeiro. Antecipio nesta mensagem que 2021 foi um ano desafiador, com fatores de pressão significativos como o aumento de preço dos derivados de petróleo e a desvalorização cambial da nossa moeda frente ao dólar, que afetam a composição de preços do GLP. Além disso, a pandemia persiste com desdobramentos para toda a sociedade e com esse pano de fundo nos empenhamos em levar um produto essencial aos lares e empresas brasileiras.

Em tudo que realizamos e conquistamos, pudemos ver a energia das pessoas talentosas que formam a Copa Energia. Formamos hoje uma equipe com aproximadamente 4000 profissionais e pensando neles, temos feito avanços importantes na gestão do capital humano. Implementamos a 1ª Pesquisa de Engajamento Copa Energia a fim de conhecer melhor os nossos colaboradores e iniciamos a Jornada Cultural da Copa Energia, que nos ajudará a definir a cultura organizacional adequada para a nova estratégia empresarial. Além disso, continuamos a investir fortemente em desenvolvimento, em recursos direcionados a essa finalidade, e unificamos medições e processos de monitoramento de saúde e segurança do trabalho.

Na esfera ambiental, seguimos adotando boas práticas e iniciativas voltadas à ecoeficiência. No processo de debranding (desdemonstração da marca Liqueigás com endosso corporativo WBR Petrobras), por exemplo, recolhemos mais de 35 mil quilos de materiais com a marca antiga e destinamos 56% de forma sustentável, para reciclagem ou reutilização.

Ao mesmo tempo, quanto ao nosso relacionamento com as comunidades e a sociedade em geral, reafirmamos nosso compromisso com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, demonstrado a partir do empenho em levar à população uma forma de energia acessível e segura, bem como em desenvolver um portfólio de energias sustentáveis. Adicionalmente, é importante lembrar que mantivemos parcerias sociais sólidas como as da Fundação Abrinq e Childhood Brasil, ambas com foco na proteção de direitos de crianças e adolescentes.

Estamos orgulhosos em divulgar esta publicação contando um pouco da nossa trajetória de 2021. Aprendemos muito, superamos obstáculos, criamos soluções e renovamos nosso olhar, sobre o qual estamos entusiasmados e otimistas. Agradecemos a todos que contribuíram direta ou indiretamente para chegarmos até aqui. Boa leitura.

**Antonio Carlos Moreira Turqueto**

Presidente do Conselho de Administração e da Copa Energia

### 3. COPA ENERGIA

A Copa Energia tem o propósito de energizar vidas e negócios de forma sustentável com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do Brasil, fornecendo um produto essencial para a vida das pessoas e, ao mesmo tempo, ajudando a construir um amanhã melhor a partir de uma matriz energética mais limpa.



#### 3.1 Perfil organizacional e nova marca

A empresa resulta da integração de duas marcas potentes no mercado de energia, Copagaz e Liqueigás, que alcançaram a liderança na oferta de engarrafamento, comercialização e distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP), chegando a 25% de market share total no ano.

A escala da operação pode ser traduzida em alguns números. A Copa Energia atende 24 estados brasileiros e o Distrito Federal e, ao fim de 2021, sua estrutura contava com 60 unidades, sendo 24 Centros Operativos e 36 Depósitos Avançados.

Mais do que a junção de duas grandes operações, a Copa Energia reúne mais de 60 anos de história no País e o talento de 90 mil colaboradores diretos e indiretos. Dessa forma, com experiência, conhecimento e inspiração para transformar o mercado de gás e energia, a Copa Energia reforça sua orientação para inovação e novas tecnologias, buscando desenvolver soluções cada vez mais eficientes e sustentáveis.

#### Saiba mais sobre a integração

O interesse pela aquisição da Liqueigás foi anunciado em 2019 e representou, desde o princípio, uma transação grandiosa. Para que fosse bem-sucedida, a Copagaz buscou parceiros, que deram origem a um grupo comprador com Itaúsa e a Nacional Gás Butano (NGB). A Itaúsa entrou no grupo para se tornar sócia e a NGB para concretização da compra, respeitando as normas de livre concorrência. Ao longo do tempo, a Fogs também foi inserida no processo.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), responsável por regular a concorrência entre as empresas, teve um papel fundamental para o desenho da transação. Após um estudo minucioso sobre a presença de cada empresa nos estados, e buscando um cenário saudável e competitivo, o órgão definiu as áreas onde ocorreria as concentrações, portanto, locais onde a Copagaz deveria ceder parte do market share às congêneres, contemplando seus colaboradores, fornecedores e base de clientes. Esse processo de transferências e desinvestimentos foi finalizado em 2021.

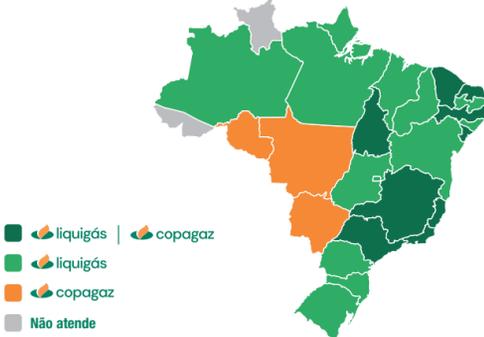
As marcas Copagaz e Liqueigás continuam operando nas regiões, conforme a definição do CADE, mantendo como diferencial o seu histórico de bom relacionamento com os clientes.

#### História das empresas

As companhias integradas na Copa Energia reúnem décadas de história no setor de GLP brasileiro. Conheça uma síntese das trajetórias das duas organizações antes da criação da Copa Energia:

- Copagaz** - Foi fundada por Uzeu Elias Zahran em Campo Grande (MS) em 1955 e recebeu autorização para distribuição de GLP dois anos depois. Construiu sua primeira unidade engarrafadora na capital paulista no bairro de Socorro, em 1961. Transferiu sua sede de Campo Grande (MS) para São Paulo (SP) em 1984 e iniciou sua expansão pelo Brasil nos anos seguintes. Em 2011, tornou-se uma sociedade anônima de capital fechado, consolidando-se naquela mesma década como a quinta maior empresa de distribuição de GLP do País. Em 2020, com a aquisição da Liqueigás, a Itaúsa passou a fazer parte do capital social da companhia.
- Liqueigás** - Chegou ao Brasil em 1953, trazendo da Itália seus primeiros botijões para envase de GLP, estabelecendo sua sede em São Paulo e sua primeira operação de envase e distribuição na Refinaria de Mataripé, em Salvador (BA). Na década de 60, inaugurou o seu Centro Operativo de Capuava, em Mauá (SP). Nos anos 70 e 80, adquiriu a Hellogás e, visando a expansão para o Nordeste, a Novogás. Ingressou no segmento de distribuição de combustíveis nos anos 90. Em 2004 a empresa passou a integrar o sistema Petrobras e conquistou a liderança no mercado de GLP de recipientes de 13 kg. Nos anos 2010, desenvolveu o Projeto Rio para aumentar a sua participação no Rio de Janeiro. Na mesma década, lançou produtos inovadores como o Purogas e o Flexgas. Em 2020 foi adquirida pela Copagaz.

Mapa de atuação das marcas Copagaz e Liqueigás no Brasil



#### Lançamento da marca Copa Energia

Um dos grandes marcos em 2021 foi a criação de uma nova marca corporativa, que representa a combinação e a evolução das marcas Copagaz e Liqueigás. Mais do que um novo design, a Copa Energia representa um posicionamento renovado nos mercados de gás e energia, e estabelece uma nova forma de se comunicar e se relacionar com colaboradores, clientes e parceiros.

Na prática, a criação da marca corporativa Copa Energia trouxe consigo, também, a reformulação e sustentação das marcas de produto Copagaz e Liqueigás. Os novos padrões de cores, letras e elementos gráficos começaram a ser aplicados nos mais diversos pontos de contato tanto com o público interno, quanto o externo. Esse processo de unificação visa tornar as marcas ainda mais robustas, evidenciando a liderança no mercado brasileiro de GLP.

Desde 2021, tem sido possível observar essa transformação visual nos Centros Operativos, nos uniformes das equipes operacionais, na frota, nas instalações industriais dos clientes empresariais (tanques), fachadas, entre outros locais. O processo de debranding e adequações visuais envolve várias etapas e tem prazo para finalização até dezembro de 2023.

#### 3.2 Portfólio de produtos e soluções

##### Segmento residencial

O principal produto para o segmento residencial é o botijão de 13kg (P13), que é o mais usado nas casas dos brasileiros, conhecido como gás de cozinha. Ele é fácil de manusear, o que permite a sua substituição de forma ágil e simples. Tudo com a máxima segurança e qualidade, já que os botijões passam por inspeções técnicas frequentes.

Embora o uso do GLP nas residências seja mais conhecido na coção de alimentos (abastecendo fogões, fornos e cooktops), há outras possibilidades de uso como aquecimento de água em chuveiros e torneiras, secadora de roupa e climatização de ambientes internos e externos.

Quem tem um consumo maior, pode escolher o recipiente transportáveis de 45 kg.

##### Segmento empresarial

O GLP é um combustível de alto poder energético, fácil transporte e armazenamento, e excelente qualidade de queima. Sua versatilidade permite que seja adaptado a diferentes necessidades de clientes empresariais, nos mais variados segmentos. O abastecimento nesse segmento ocorre por meio de caminhões-tanque, de forma segura e personalizada. Veja a seguir algumas das utilizações do GLP para empresas:

- GLP para o agronegócio** - Na produção agrícola, o uso de GLP garante flexibilidade, segurança e custos reduzidos. Ele pode ser aplicado na secagem e torrefação de grãos (reduzindo o tempo de secagem e sem alterar o sabor), piscicultura, aquecimento em aviários e estufas (com controle preciso da temperatura, o que evita acidentes e perda de produção) e muitas outras finalidades.
- GLP para comércio** - Pode ser utilizado em diversos estabelecimentos comerciais, como cozinhas industriais, padarias, supermercados, lavanderias, hotéis, clubes, academias e hospitais. É utilizado para climatização de ambientes, secagem de roupas, aquecimento de água, esterilização de objetos, coção de alimentos, entre outras finalidades.
- GLP para indústrias** - Há soluções ideais para diversos tipos e tamanhos de indústria em que há necessidade de aquecer, moldar, fundir etc. O GLP é comumente aplicado em fornos siderúrgicos, secagem de papel em gráficas e empresas de papel e celulose, secagem na cabine de pintura automotiva, secagem de tecidos para a indústria têxtil, pasteurização e preparo de alimentos, secagem em cerâmica e fundições, fundição e moldagem de vidros, entre outras aplicações.



#### Flexgas

Um combustível formado a partir da mistura de GLP com ar, diminuindo seu poder energético até atingir características de queima equivalentes ao Gás Natural (GN), permite que se utilize qualquer um dos dois combustíveis sem a necessidade de intervenções operacionais.

#### Purogas

O Brasil é um dos maiores mercados de cosméticos do mundo. E para abastecer esse vasto mercado, foi desenvolvido o Purogas, gás para aerossóis livre de impurezas, odor e umidade, produzido com alta tecnologia.

Devido ao seu alto grau de pureza, é utilizado pelos diversos fabricantes de: desodorantes, cosméticos, produtos alimentícios, medicamentos, desodorizadores de ambiente, inseticidas entre outros produtos.

#### 3.3 Propósito, Aspiração, Valores e Manifesto

Com o nascimento da **Copa Energia**, a Visão e a Missão empresariais foram revisadas e substituídas por **Aspiração** e **Propósito**, elementos que definem a visão de futuro e a razão de existir da organização, com o intuito de facilitar e inspirar o relacionamento com todos os públicos estratégicos. Além disso, foram atualizados os Valores organizacionais e criado um Manifesto, que traduz o conceito e os compromissos da nova marca.

#### Propósito

Energizar vidas e negócios de forma sustentável.

#### Aspiração

Liderar as mudanças na matriz energética, do Brasil para o mundo, a partir de soluções sustentáveis, confiáveis e que tragam resultados sólidos.

#### Valores

- Determinação:** Contagiamos positivamente pessoas e negócios com nossa vontade de fazer e acontecer. Superamos os obstáculos, pois acreditamos nos nossos sonhos e tornamos cada um deles realidade.
- Parceria:** Estabelecemos relações sólidas com clientes, colaboradores e fornecedores. Trabalhamos em colaboração na construção dos nossos objetivos buscando impacto positivo em tudo aquilo que fazemos.
- Respeito:** Valorizamos a vida por meio da segurança e do respeito com as pessoas e com o meio ambiente. Tratamos as pessoas como gostaríamos de ser tratados. É assim que construímos um ambiente íntegro, diverso e inclusivo.
- Inovação:** Nascemos do espírito de empreendedores. Mantemos essa natureza no nosso DNA. Pensamos fora da caixa em busca de soluções e testamos novos jeitos de fazer.



Acesse o Manifesto em vídeo:

<https://www.youtube.com/watch?v=Jr1NQzEgB0U>

### 4 . COPA ENERGIA EM NÚMEROS

Descrição	2020*	2021
<b>Resultados (R\$ milhões)</b>		
Volume vendido total (em toneladas mil)	697,0	1.856,0
Receita líquida das vendas	2.054,6	10.172,1
Lucro Líquido (LL)	39,0	198,9
Ebitda	133,9	590,4
<b>Margens</b>		
Margem Líquida	1,9%	2,0%
Margem Ebitda	6,5%	5,8%
<b>Dados Financeiros (R\$ milhões)</b>		
Ativo Total (AT)	5.174,6	4.977,0
Patrimônio Líquido (PL)	1.492,7	1.675,2
<b>Indicadores Financeiros</b>		
Índice de Endividamento líquido/Ebitda	17,5	4,1
Retorno sobre PL (ROE = LL / PL)	2,6%	11,9%
<b>Indicadores de Produtividade</b>		
Empregados (n°)	4.015	3.977
Lucro Líquido por empregado (R\$ mil)	9,7	50,0
Ativo por empregado (R\$ mil)	1.288,8	1.251,4

\*Desde 23/12/2020 os resultados das operações da Liqueigás estão consolidados nas demonstrações contábeis da Copagaz.

A Copa Energia apresenta a seguir seus resultados financeiros consolidados, considerando o desempenho da Copagaz ao longo do ano e a inclusão dos dados da Liqueigás após efetivação de sua aquisição, ocorrida em 23 de dezembro de 2020. O histórico de desempenho não foi inserido nesta seção, pois este relatório anual consolida os resultados de uma nova estrutura operacional.

#### 4.1 Desempenho econômico-financeiro

##### Receita líquida de vendas

Em 2021, a receita líquida de vendas totalizou R\$ 10.172,1 milhões. O volume de GLP comercializado em 2021 foi menor do que em 2020, reflexo da redução do mercado e da atividade industrial e comercial ainda em decorrência da retomada gradual da economia em razão dos efeitos gerados pela COVID-19.

Resalta-se, no entanto, o esforço da Administração para a recuperação das margens aos patamares anteriores a pandemia em um mercado marcado pelo acirramento da competitividade, maior a partir da aquisição da Liqueigás, momento em que a Copa Energia se tornou líder no mercado de distribuição e foco das ações dos principais competidores.

#### Custo dos produtos e serviços vendidos

O Custo dos produtos e serviços vendidos totalizou R\$ 8.951,3 milhões, 88,0% da receita líquida de vendas influenciada pelo aumento de preço do principal insumo, o GLP, e pelo custo de distribuição impactado pela elevação da inflação, conforme registrado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

#### Lucro bruto

Atingimos o Lucro bruto de R\$ 1.220,8 milhões, o equivalente a 12,0% da receita líquida das vendas. O Lucro bruto foi impactado pelos aumentos sucessivos de preços praticados pelo fornecedor de GLP e dos custos de distribuição, este último afetado principalmente pelo aumento da inflação no período.

#### Despesas operacionais líquidas

As Despesas operacionais líquidas do ano totalizaram R\$ 821,1 milhões, 8,1% da receita líquida de vendas.

As Outras receitas (despesas) operacionais foram impactadas pelo ganho a valor justo obtido como resultado da permuta das Unidades Segregadas Copagaz com parte da participação acionária da Liqueigás, anteriormente pertencente à Nacional Gás Butano, e a alienação de unidades operacionais à Fogs, operações estas previstas no Acordo em Controle de Concentrações (ACC) firmado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Conforme mencionado, a Administração da Copa Energia está comprometida com os esforços para a redução das despesas, captura de sinergias após à aquisição da Liqueigás, revisão da estrutura organizacional e maior eficiência operacional com vistas a melhoria dos resultados para os próximos períodos.

#### Resultado financeiro líquido

O Resultado financeiro líquido foi uma despesa líquida de R\$ 165,6 milhões, 1,6% da receita líquida de vendas, decorrente principalmente dos encargos financeiros remuneratórios das dívidas contraídas pela Copagaz para a aquisição da Liqueigás.

#### Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

O valor apurado foi R\$ 42,0 milhões o que corresponde a uma alíquota efetiva de 10,2% do Lucro Antes dos Impostos e se refere às operações continuadas. Considerando o resultado das operações descontinuadas o valor do IRPJ e da CSLL é R\$ 43,6 milhões e alíquota efetiva é de 10,6%.

#### Ebitda

A geração de caixa medida pelo lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, dos tributos sobre o lucro e da depreciação e amortização (Ebitda) alcançou em 2021, R\$ 590,4 milhões 5,8% da receita líquida de vendas.

#### 4.2 Demonstração do Valor Adicionado

Em 2021, as atividades da Copa Energia geraram R\$ 1.107,6 milhões de valor adicionado a distribuir conforme quadro abaixo:

Valor Adicionado em R\$ milhões	2020	2021
<b>Receitas</b>	<b>2.870,1</b>	<b>10.583,5</b>
Insumos adquiridos de terceiros	(2.428,0)	(9.388,8)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>442,2</b>	<b>1.194,8</b>
Retenções (depreciação e amortizações)	(55,4)	(182,4)
<b>Valor Adicionado Líquido produzido pela Cia.</b>	<b>386,7</b>	<b>1.012,3</b>
Valor Adicionado recebido em transferência	3,1	95,2
<b>Valor Adicionado a Distribuir</b>	<b>389,8</b>	<b>1.107,6</b>

Distribuição do Valor Adicionado em R\$ milhões	2020	2021		
Empregados	232,3	59,6%	656,1	59,2%
Governo	105,5	27,1%	196,7	17,8%
Terceiros	12,9	3,3%	55,8	5,0%
Acionistas	1,9	0,5%	47,2	4,3%
Lucros Retidos	37,2	9,5%	151,7	13,7%
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>	<b>389,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.107,6</b>	<b>100,0%</b>

De cada R\$ 1,00 de receita obtida pela Copa Energia no ano, R\$ 0,10 foi distribuído entre diferentes stakeholders: empregados e administradores (remuneração e benefícios); governo (tributos); terceiros (juros pagos a instituições financeiras e alugueis); acionistas (dividendos) e retidos pela Copagaz na forma de reservas de parte do lucro do exercício conforme estabelecido pelos artigos 193 (Reserva Legal) e 196 (Retenção de Lucros) da Lei 6.404/1976.

#### 4.3 Endividamento

A gestão de capital da Copa Energia tem como objetivo a manutenção de sua estrutura de capital em níveis adequados, visando a continuidade do seu negócio e o aumento de valor para os acionistas. O endividamento líquido calculado por meio da soma do endividamento de curto e de longo prazo, subtraído de caixa e equivalentes de caixa foi superior ao caixa e equivalentes em R\$ 2.402,7 milhões.

Nos Empréstimos e financiamentos de curto prazo consta saldo relativo ao capital de giro contratado, FINAME, Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Debêntures (juros e o principal) e Arrendamentos que serão pagos nos próximos 12 meses. No longo prazo temos o principal e os juros das Debêntures de parcelas com vencimentos a partir do ano de 2023.

Endividamento Líquido em R\$ milhões	2020	2021
Empréstimos e financiamentos Curto Prazo	292,0	207,7
Empréstimos e financiamentos Longo Prazo	1.955,6	2.018,9
Arrendamento de curto prazo	41,8	38,5
Arrendamento de longo prazo	166,7	208,3
<b>Dívida Bruta</b>	<b>2.456,2</b>	<b>2.473,3</b>
Caixa e equivalentes de caixa	(110,9)	(70,6)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>2.345,3</b>	<b>2.402,7</b>
<b>Endividamento líquido/EBITDA</b>	<b>17,5</b>	<b>4,1</b>
<b>Endividamento líquido/(Endividamento líquido + PL)</b>	<b>61,1%</b>	<b>58,9%</b>

#### 4.4 Investimentos

Em 2021, o montante de investimentos (Capex) realizado pela Copa Energia foi de R\$ 115,7 milhões.

### 5. GOVERNANÇA, ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

A Copa Energia reconhece a importância de uma governança corporativa bem estruturada e eficiente, que garanta princípios fundamentais como a ética, a transparência, a equidade e o cumprimento da lei. As boas práticas nessa área preservam o melhor interesse da companhia e de seus acionistas, bem como agregam valor à sociedade, propiciando sucesso, crescimento e perpetuidade.

#### 5.1 Governança e estrutura organizacional

Em 23 de dezembro de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) revisou o Estatuto Social e deliberou sobre a criação do Conselho de Administração (CA) e a eleição dos seus membros.

O Conselho de Administração também assumiu o compromisso de constituir dois comitês não deliberativos de funcionamento permanente: o Comitê de Pessoas e Remuneração e o Comitê de Auditoria. Ambos foram criados e implementados em 2021, e seus membros têm mandato unificado com o CA.

Conheça a seguir a composição dos referidos órgãos de governança corporativa, com seus respectivos prazos de mandato.

#### Conselho de Administração

Mandato até 23/12/2022

Nome	Designação
Antonio Carlos Moreira Turqueto	Presidente
Jairo Eduardo Loureiro Filho	Conselheiro
Ricardo Mendes de Paula	Conselheiro
Alfredo Eglydio Setubal	Conselheiro
Vicente Furlletti Assis	Conselheiro

#### Comitê de Auditoria

Mandato até 23/12/2022

Nome	Designação
Henri Penchas	Presidente
Priscila Grecco Toledo	Membro
Jairo Eduardo Loureiro Filho	Membro
Luciano Dequech	Membro
Cleber Hideki Hamada	Membro

#### Comitê de Pessoas e Remuneração

Mandato até 23/12/2022

Nome	Designação
Pedro João Zahran Turqueto	Presidente





# COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. As perdas esperadas são estabelecidas quando existe evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda esperada é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota explicativa nº 6.1).

As contas a receber abrangem valores denominados como "outros recebíveis" composto basicamente de alienação de ativos imobilizados.

O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 20 dias, não havendo, portanto, componente significativo de financiamento aos clientes.

### 3.5. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em transferências às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. A provisão para perdas ou obsolescência é constituída quando necessário (Nota explicativa nº 7).

O estoque de recipiente transportável é classificado como estoque de revenda tem a sua receita reconhecida como receita operacional e o custo reconhecido como custo dos produtos vendidos.

### 3.6. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil (base anual) para o IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesas de imposto de renda e contribuição social diferidas e em outros resultados abrangentes.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

### 3.7. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, e são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### 3.8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesas de imposto de renda e contribuição social diferidas e em outros resultados abrangentes.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

### 3.9. Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro

A Companhia aplica a interpretação técnica ICPC 22, que trata da contabilização dos tributos sobre o lucro quando existir incerteza sobre a aceitabilidade de certo tratamento tributário. Caso a entidade concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade reflete o efeito da incerteza na determinação do lucro tributável.

### 3.10. Ativo e passivo não circulantes mantidos para negociação

São classificados como mantidos para venda a custo contábil histórico ou pelo valor justo menos o custo para alienar os ativos, dos dois o menor.

Para a Companhia, a condição para a classificação como mantido para venda somente é alcançada quando a alienação é aprovada pela Administração, o ativo estiver disponível para venda ou contribuição imediata em suas condições atuais e existir a expectativa de que a venda ou distribuição ocorra em até 12 meses após a classificação como disponível para venda ou para distribuição aos sócios. Contudo, nos casos em que comprovadamente o não cumprimento do prazo de até 12 meses for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da Companhia e se ainda houver evidências suficientes da alienação ou contribuição, a classificação pode ser mantida.

Ativos mantidos para negociação são mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda e são apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

### 3.11. Investimentos em controlada

Nas demonstrações contábeis individuais, o investimento da Companhia em sua controlada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecera sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores na controlada.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação, serão reconhecidos no resultado.

### 3.12. Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é adquirido pela Companhia. A contraprestação é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como redutores da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é a parte da aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e/ou suas controladas que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

O ágio apurado numa transação de combinação de negócios é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável ou quando o indicador de *impairment* é identificado.

### 3.13. Avaliação do acervo líquido adquirido e mensurado a valor justo

Em 2020, a Companhia contratou um avaliador independente dentro do prazo estipulado pelo CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, utilizando as demonstrações contábeis da época da aquisição para a alocação do preço de compra, para determinação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Os valores justos encontram-se distribuídos em suas respectivas notas explicativas pelo valor atribuído pelo avaliador independente, conforme laudo e sumário registrado em 27 de janeiro de 2022.

### Mensuração de valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos e passivos assumidos	Técnica de Avaliação
Marca	Das três abordagens principais de avaliação (Renda, Mercado e Custo) e dos métodos que compõem essas abordagens, foi considerada a Abordagem de Renda, método <i>Relief-from-Royalty</i> como o mais adequado para avaliar a marca Ligiqágs (marca). O método <i>Relief-from-Royalty</i> envolve uma estimativa da quantia hipotética de receita com royalties que poderia ser gerada se este ativo fosse licenciado de forma independente por um terceiro. O princípio básico do método é que, sem a posse do referido ativo intangível, o usuário deste ativo deveria realizar uma sequência de pagamentos ao dono do ativo em decorrência do direito de uso do mesmo. Com a aquisição deste ativo o usuário eliminaria estes pagamentos.
Relacionamento de Clientes	Foi considerado o MPEEM de Abordagem de Renda como sendo o mais adequado para avaliar o Relacionamento com clientes.
Imobilizado	Os métodos e procedimentos adotados para desenvolver a Análise Utilizam preceitos e diretrizes estabelecidas na Norma Brasileira de Avaliações NBR 14.653 publicada pela ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas. Para estimar o valor justo dos ativos foram considerados o Método de Renda, o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado e o Método da Quantificação do Custo. Com base na natureza dos ativos e das informações apresentadas, concluímos as abordagens mais adequadas para avaliar os bens móveis. Para a avaliação de bens móveis, a avaliação pelo método da renda foi considerada inadequada e não foi utilizada pois os fluxos de rendimentos individuais não podem ser alocados de forma razoável e eficaz para cada um dos ativos individuais. Ao considerar o método comparativo direto de dados de mercado, identificamos algumas categorias de ativos em que existe um mercado ativo. Dentro deste contexto, utilizamos esse método para avaliar veículos. O método do custo foi utilizado para avaliar o restante dos bens móveis. Usando esta metodologia, reconhecemos o valor associado à instalação, engenharia e custos de instalação complementares do equipamento.
Contingências	Na data-base a Ligiqágs possui passivos contingentes relacionados a processos judiciais. Conforme requerido pelo CPC 15, a Administração estimou as perdas esperadas para esses passivos, independentemente de sua probabilidade. Para realizar essa estimativa, a Administração realizou uma estimativa da perda esperada para cada ação para a qual a perda pode ser razoavelmente estimada.
Debranding	Calculado com base nas estimativas fornecidas pela Administração, tendo sido realizado um ajuste a valor presente para os custos relacionados às vendas uma vez que este custo possui prazo de realização de três anos.

### 3.14. Imobilizado

**Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os principais ativos da Companhia, vinculados às atividades de envase, acondicionamento e armazenamento de GLP, são representados por Equipamentos para envase, Recipientes transportáveis e Tanques estacionários, além das edificações.

O custo incluído gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, se necessário.
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Os custos de manutenção dos recipientes transportáveis são tratados como despesas quando incorridos, pois não é possível a identificação do ativo para a correta alocação deste custo ao bem. Os custos de manutenção e requalificação de tanques e recipientes estacionários são alocados aos ativos, pois aumenta a vida útil do bem.

Quando os recipientes transportáveis, recipientes estacionários ou tanques não podem ser requalificados, estes são sucatados e baixados dos controles da Companhia.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), inclusive na venda de recipientes transportáveis, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

### 3.15. Intangível

Os ativos estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por *impairment*, quando existentes. A amortização é calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo esperado para geração de benefícios à Companhia (Nota explicativa nº 10). É composto por direitos que incluem, principalmente, marcas, patentes, *softwares* e ágio na aquisição de carteira de clientes que possuem vida útil definida.

### 3.16. Direito de uso dos ativos e passivos de arrendamentos

A Companhia avança, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento.

Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental (Nota explicativa nº 14).

### 3.17. Fornecedores e contas a pagar

Os fornecedores e contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos da Companhia e reconhecidos como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

A Companhia não possui risco sacado (*Reverse Factoring*), portanto, não efetua qualquer divulgação adicional a respeito.

### 3.18. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

A Companhia emitiu debêntures não conversíveis reconhecidas inicialmente ao custo incorridos na transação, pois subsequentemente demonstradas ao custo amortizado. Os valores são apresentados líquidos do custo de captação (Nota explicativa nº 13).

### 3.19. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

### 3.20. Ajuste a Valor Presente - AVP

A Companhia não realiza ajuste a valor presente (AVP) sobre operações a prazo com clientes e fornecedores devido à irrelevância dos valores envolvidos em decorrência do curto ciclo das operações. E realizado o AVP das obrigações relativas às indenizações (pensionamentos) decorrentes de decisões judiciais cujo fluxo de pagamentos é ajustado a taxa equivalente à de captação de empréstimos.

### 3.21. Distribuição de dividendos

As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são feitas com base na participação em termos percentuais e são reconhecidas como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

### 3.22. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pela média ponderada das ações. A Companhia não está apresentando o resultado por ação diluído, pois não possui nenhum instrumento potencialmente conversível em ações, com efeito diluidor nos termos do CPC 41 - Resultado por ação.

### 3.23. Benefícios a empregados

**a) Benefícios de curto prazo a empregados**

A Companhia reconhece o custo de curto prazo a empregados reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### b) Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia e práticas internas da Companhia e aprovada pelo Conselho de Administração e na Convenção Coletiva de Trabalho. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

### c) Benefícios concedidos a empregados e aposentados

**Compromisso atuarial de plano de assistência médica (benefício pós-emprego)**

De acordo com a Convenção Coletiva do Trabalho, as empresas que atuam no setor de distribuição de GLP devem manter plano de assistência médica para os atuais funcionários ainda em atividade e para aqueles que vierem a se aposentar, extensivo aos seus atuais dependentes legais, nos termos da Lei nº 9.656/1998.

O compromisso atuarial com o plano de benefício de assistência médica é provisionado com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano<sup>(i)</sup>, quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e ii) remensurações, em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*), quando ocorrer.

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo.

As remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido reconhecidas em outros resultados abrangentes compreendem os ganhos e perdas atuariais, e excluem os valores considerados nos juros líquidos sobre a obrigação líquida do benefício definido.

Os ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

<sup>(i)</sup> Não há ativos garantidores para a liquidação da obrigação atuarial relativa ao benefício oferecido pela Companhia e suas Controladas.

### d) Planos de contribuição definida

A Controlada Ligiqágs possui o Plano de Previdência Ligiqágs (PPL) que foi implantado na modalidade de contribuição definida para os seus empregados. As contribuições são pagas para uma entidade de fundo de previdência, Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), não gerando nenhuma obrigação legal ou construtiva posterior. A Companhia contribui paritariamente para o plano de contribuição definida, por percentual baseado na remuneração do empregado, sendo essa contribuição levada ao resultado quando incorrida.

### 3.24. Mensuração do valor justo

Algumas práticas e divulgações contábeis do Conglomerado exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo.

### 3.25. Capital social e remuneração aos acionistas

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

A remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nas limitações definidas em lei e no Estatuto da Companhia.

### O benefício fiscal sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

### 3.26. Distribuição de dividendos

O estatuto da Companhia prevê que no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício social no montante do dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido.

### 3.27. Outros resultados abrangentes

Compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajuste de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado.

Esses itens são agrupados por natureza que:

- Não serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período;
- Serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período, quando condições específicas forem atendidas.

São classificados como outros resultados abrangentes os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo os ganhos e perdas atuariais, líquidos do efeito do imposto de renda e da contribuição social.

### 3.28. Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia.

As subvenções são algumas vezes apresentadas como créditos na demonstração do resultado, quer separadamente sob um título geral tal como "outras receitas", quer, alternativamente, como dedução da despesa relacionada. A subvenção, seja por acréscimo de rendimento proporcionado ao empreendimento, ou por meio de redução de tributos ou outras despesas, deve ser registrada na demonstração do resultado no grupo de contas de acordo com a sua natureza.

### 3.29. Receita de contratos de clientes

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda.

Esta norma estabelece um modelo que visa identificar se os critérios para a contabilização da receita, foram satisfeitos e compreende os seguintes aspectos:

- Identificação de um contrato com o cliente;
- Determinação das obrigações de desempenho;
- Determinação do preço da transação;
- Alocação do preço da transação; e
- Reconhecimento da receita em um determinado momento ou em um período, conforme atendimento das obrigações de desempenho.

### Vendas de produtos

As receitas com a venda de gás liquefeito de petróleo (GLP) são obtidas através da comercialização do gás adquirido de terceiros. O Conglomerado opera em dois segmentos distintos, clientes empresariais e revendedores. Para os clientes empresariais, a Companhia reconhece a receita de acordo com o montante fornecido de GLP ao cliente, que é medido por meio de equipamento de leitura, gerando um ticket de medição para aprovação do cliente. No caso de revendedores, o gás é comercializado enviado em recipientes com capacidade que variam entre 5 e 90 quilos, a receita é reconhecida com base no faturamento destes produtos.

Adicionalmente, outras transações do Conglomerado sujeitas a avaliação segundo o CPC 47 estão representadas por contraprestações variáveis associadas aos acordos comerciais onde mercadorias podem ser comercializadas - com descontos, os quais são substancialmente negociações providas pelos clientes.

A receita de vendas reconhecidas nas demonstrações contábeis contempla os valores justos das transações ocorridas que, segundo as naturezas das negociações consideram valores de venda e de recebimento de clientes, revendedores ou consumidores. As receitas são reconhecidas líquidas dos descontos comerciais e das devoluções.

### Venda de serviços

As receitas com vendas de serviços são provenientes de atividades correlatas à comercialização de gás liquefeito de petróleo (GLP) e contemplam a requalificação de recipientes, o envase e o carregamento de GLP às empresas congêneres e instalações de infraestrutura nos clientes para uso do GLP.

### Devolução e cancelamento

Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, de acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados.

### Descontos comerciais e negociações comerciais na venda de mercadorias

A contraprestação variável está substancialmente representada por acordos comerciais onde os produtos são comercializados com descontos. Essas negociações são individuais e distintas entre os clientes e podem apresentar características e naturezas complexas. Os principais acordos firmados com clientes, levam em consideração a estratégia comercial direcionada ao perfil do cliente (varejista e atacadista).

As bonificações estão atreladas ao volume de vendas, tendo como parâmetro variações das compras anuais dos clientes ou previsão contratual de volumes.

### 3.30. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem essencialmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros devidos por clientes provenientes de pagamento em atraso. A receita de juros é reconhecida no resultado pelo regime de competência. As despesas financeiras são essencialmente oriundas de empréstimos e financiamentos, arrendamento, benefícios a empregados e pelos juros incorridos pela remuneração de debêntures.

### 3.31. Custos dos produtos vendidos

Os custos dos produtos vendidos são compostos por matéria-prima, insumos, impostos, fretes e gastos gerais de fabricação.

### 4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

A seguir são apresentadas informações apenas sobre políticas contábeis e estimativas que requerem o uso de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

### 4.1. Estoques

A Companhia constitui provisões para perda nos estoques com base no giro por meio de inventário anual, adicionalmente efetua avaliação periódica para reconhecimento e mensuração da perda por obsolescência dos estoques e/ou ajuste ao valor realizável (Nota explicativa nº 7).

### 4.2. Arrendamentos

Os pagamentos dos arrendamentos devem ser descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento se essa taxa puder ser determinada imediatamente. Se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, o arrendatário deve utilizar a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário.

A taxa incremental utilizada no Conglomerado para mensuração do valor presente dos arrendamentos é obtida por intermédio da curva da estrutura a termo de juros (ANBIMA), considerando a NTN-B (pós-fixada) e agregando o CDS Brasil (*Credit Default Swap*) à essa taxa, cuja soma resulta na taxa base de arrendamento "base". Para reproduzir o efeito dos riscos relacionados às diferentes garantias dos ativos, foi considerado no cálculo o *rating* de risco para o país (ambiente econômico em que a Companhia opera), por ser o mesmo parâmetro utilizado pelo mercado (instituições financeiras e seguradoras) nas operações de empréstimos e de garantias, que configura a taxa de captação da Companhia, cujo risco nunca poderá ser inferior ao do país. Assim, é feita a diferenciação por tipo de garantia colateral aplicando a taxa de arrendamento "base" aos bens de direito de uso com garantia hipotecária (móveis) e para os demais ativos é aplicada a taxa de arrendamento "base" ajustada pelo *rating* divulgado pela *Standard & Poors* relativo à classificação de risco atribuída ao país.

A média das taxas incrementais utilizadas para descontos dos fluxos de pagamentos em 31 de dezembro de 2021 foi de 7,90% ao ano.

### 4.3. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

#### Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs").

O caso em que o teste de redução ao valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pró rata.

As perdas de valor recuperável são revertidas, exceto a perda por redução ao valor recuperável do ágio, somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido recon



# COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

### 6.1. Movimentação das perdas de crédito esperadas - PCE

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	(5.212)	(3.769)	(22.246)	(3.769)
Aquisição Liquigás	-	-	-	(16.460)
Adições	(6.018)	(3.070)	(8.146)	(9.105)
Reversões	384	344	1.060	2.829
Baixas	-	-	1.313	2.641
Operações descontinuadas	(34)	-	(68)	-
Cisão	112	-	1.126	-
Transferência de ativos mantidos para negociação	-	1.283	-	1.618
<b>Total</b>	<b>(10.768)</b>	<b>(5.212)</b>	<b>(26.961)</b>	<b>(22.246)</b>
Ativo circulante	(306)	(808)	(496)	(626)
Ativo não circulante	(10.462)	(4.404)	(26.465)	(21.420)

### 6.2. Composição dos saldos das contas a receber - a vencer e vencidos (Aging)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber, líquidas das perdas de crédito esperadas	94.854	94.853	79.501	417.298
Contas a receber, líquidas das perdas de crédito esperadas	8.744	5.503	5.028	24.808
Contas a receber, líquidas das perdas de crédito esperadas	976	181	291	3.496
Contas a receber, líquidas das perdas de crédito esperadas	3.401	63	259	6.242
Contas a receber, líquidas das perdas de crédito esperadas	6.406	13	69	53.685
<b>Total</b>	<b>119.439</b>	<b>(10.768)</b>	<b>108.671</b>	<b>85.148</b>

\* O Conglomerado não realiza provisão para PCE de títulos vencidos que possuem garantias.

### 7. ESTOQUES

Os estoques incluem produtos derivados de petróleo (em nosso poder e em poder de terceiros), principalmente matéria-prima (GLP, Butano e Propano), material secundário e produto acabado. Os estoques de materiais de consumo são compostos basicamente de materiais operacionais. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía estoque de derivados de petróleo em poder de terceiros no montante de R\$ 8.229 da Controladora e R\$ 20.398 do Consolidado (R\$ 2.592 da Controladora e R\$ 9.537 do Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Matéria-prima	53.966	23.823	125.966	74.836
Recipientes transportáveis para revenda	-	-	4	6.781
Material secundário	1.555	1.146	5.345	1.146
Produto acabado	922	343	9.197	343
Material de consumo	-	642	7.786	9.719
Outros	818	-	867	68
<b>Total</b>	<b>57.261</b>	<b>25.954</b>	<b>149.165</b>	<b>92.893</b>

Provisão para ajuste valor realizável de recipientes transportáveis

	2021	2020
<b>Total</b>	<b>57.261</b>	<b>25.954</b>

### 7.1. Movimentação da provisão para ajuste do valor realizável de recipientes transportáveis

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	(2.251)	(13.555)
Adições	(6.038)	(8.246)
Reversões	3.841	1.535
Cisão	28	-
Baixas por vendas (CMV)	4.420	18.127
<b>Saldo final</b>	<b>57.261</b>	<b>25.954</b>

Para o estoque de recipientes transportáveis para revenda foi constituída provisão para ajuste ao seu valor realizável líquido que considera o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos e gastos estimados para a conclusão de sua venda.

### 8. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Utingás	33%	14	-	-
Armazenadora S.A. (*)	-	-	-	-
Liquigás Distribuidora S.A.	100% <sup>(1)</sup>	3.341.267	309.216	(7.696)
Participações da Liquigás a permutar com .. ativos mantidos para negociação	-	-	-	-
Gasônia Participações e Distribuidora de GLP Ltda.	-	-	7.000	7.696
NGC Distribuidora de Gás Ltda.	-	-	3.971	(3.971)
Plenogás Distribuidora S.A.(**)	33%	-	-	-
Metalúrgica Plus S.A.(***)	33%	-	-	-
Incentivos fiscais (***)	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>3.727.456</b>	<b>(76.959)</b>	<b>10.971</b>

(\*) Inclui mais valia apurada pelo método de Abordagem da Renda, pelo Múltiplos de Empresas Comparáveis e *Dividend Discount Model* ("DDM"), considerando uma ponderação de 50% para cada uma, de R\$ 9.025 para o investimento na Utingás. O percentual de participação inclui a participação direta da Copagaz de 2% e indireta da Liquigás de 31%.

(\*\*) Acordo firmado com a Companhia e NGB em 23 de dezembro de 2020, que estabeleça a troca de participação societária detida pela NGB na Liquigás com a participação societária detida pela Companhia na NGC. A NGC é composta por ativos selecionados da Copagaz classificados como Ativos mantidos para negociação.

(\*\*\*) Coligadas da Liquigás.

(\*\*\*\*) Incentivos fiscais líquidos de provisão para perda.

(1) Em 2020, o percentual apresentado para fins societários relativo à aquisição foi de 83,33% adquiridos diretamente da Petrobras e a participação societária remanescente, previamente estabelecida em contrato, equivalente 9,57%, a ser adquirida mediante permuta de ativos da Copagaz com a NGB. A Permuta de participação societária com a NGB foi realizada em duas etapas: a primeira em 04 de janeiro de 2021 e a segunda e última em 22 de junho de 2021. Após cisão das Unidades Segregadas Liquigás adquiridas diretamente da Petrobras pela NGB, houve o cancelamento de ações do capital social proporcional a participação de 7,1%, momento que a Copagaz passou a ser a única acionista da Liquigás.

### 8.1. Dividendos a receber

A Liquigás registrou juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 50.359 que estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/1995 e alterações. Esses juros serão imputados aos dividendos do exercício de 2021, na forma prevista na Lei e no artigo 37, parágrafo 5º, do Estatuto Social da Controlada. Em 24 de junho de 2021, a Assembleia Geral Ordinária deliberou pela retenção dos dividendos da Liquigás relativos ao exercício social de 2020 no montante de R\$ 27.689, revertendo o valor para Reserva de Retenção de Lucros.

### 9. IMOBILIZADO

#### 9.1. Composição do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Terenos	18.059	18.059	429.070	432.538
Edificações	72.754	(25.175)	47.579	46.935
Instalações industriais	25.384	(9.458)	15.926	8.364
Instalações operacionais	120.104	(70.052)	50.052	50.330
Recipientes transportáveis	47.085	(17.248)	29.837	31.820
Veículos	41.575	(35.565)	6.010	9.170
Móveis e utensílios	7.725	(4.983)	2.742	2.149
Computadores e periféricos	13.620	(11.823)	1.797	2.688
Imobilizado em andamento/obras em execução	7.797	-	7.797	93
Benefitorias em propriedade de terceiros	6.449	(5.244)	1.205	1.432
Direito de uso (arrendamento)	110.930	(21.648)	89.282	64.916
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	351
Outros	298	(203)	95	89
<b>Total</b>	<b>471.780</b>	<b>(201.399)</b>	<b>270.381</b>	<b>236.845</b>

#### 9.2. Movimentação do custo

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Terenos	18.059	-	18.059	-
Edificações	71.034	2.012	-	(292)
Instalações industriais	15.656	9.913	(185)	-
Instalações operacionais	116.270	3.877	(74)	(1)
Recipientes transportáveis	58.551	20.763	(31.622)	1
Veículos	45.845	45	(4.315)	-
Móveis e utensílios	6.826	903	(4)	-
Computadores e periféricos	13.559	53	(1)	9
Imobilizado em andamento/obras em execução	93	7.704	-	7.797
Benefitorias em propriedade de terceiros	6.449	-	(1)	6.448
Outros	279	20	-	(1)
<b>Subtotal - Imobilizado</b>	<b>352.621</b>	<b>45.290</b>	<b>(36.202)</b>	<b>(859)</b>
Terenos	12.887	-	(12.887)	-
Edificações	106.437	40.917	(35.233)	12.887
Veículos	102.941	54.854	(69.034)	9.846
Equipamentos industriais	35.863	4.786	-	-
Computadores e periféricos	2.419	-	(1)	-
Equipamentos e instalações de informática	6.352	-	(1.725)	-
<b>Subtotal - Direito de uso (arrendamento)</b>	<b>266.899</b>	<b>100.557</b>	<b>(105.993)</b>	<b>9.987</b>
<b>Total</b>	<b>2.938.737</b>	<b>210.588</b>	<b>(268.467)</b>	<b>(1.493)</b>

(1) Em dezembro de 2020, a Companhia realizou uma estimativa de valor justo dos ativos e passivos recém adquiridos da Liquigás. Durante o período de mensuração foi feita avaliação do valor justo das Unidades Segregadas Liquigás e das Unidades Segregadas Copagaz o que resultou no ajuste da estimativa anteriormente realizada, com base no laudo definitivo elaborado por um avaliador independente.

(2) Reclasseificação de obras/imobilizado em andamento para as classes de ativo imobilizado definitivas. O saldo se refere à transferência para o ativo intangível.

### 9.3. Movimentação da depreciação

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Edificações	2 a 4	(24.099)	(1.075)	-
Instalações industriais	5,88 a 10	(7.292)	(2.200)	119
Instalações operacionais	2 a 20	(65.940)	(2.960)	17
Recipientes transportáveis	4	(26.731)	(2.319)	11.194
Veículos	5 a 33,33	(35.875)	(1.951)	2.260
Móveis e utensílios	3,33 a 20	(4.677)	(307)	4
Computadores e periféricos	4,35 a 33,33	(10.871)	(944)	1
Benefitorias em propriedade de terceiros	10	(5.017)	(229)	1
Outros	6,67 a 10	(190)	(13)	-
<b>Subtotal - Imobilizado</b>	<b>(180.692)</b>	<b>(111.998)</b>	<b>13.596</b>	<b>(657)</b>
Edificações	(5.145)	(4.828)	-	-
Veículos	-	(1.600)	-	-
Equipamentos industriais	(6.658)	(4.417)	-	-
<b>Subtotal - Direito de uso (arrendamento)</b>	<b>(10.803)</b>	<b>(10.845)</b>	-	-
<b>Total</b>	<b>(191.495)</b>	<b>(22.843)</b>	<b>13.596</b>	<b>(657)</b>

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Edificações	2 a 4	(70.170)	(8.403)	-
Instalações industriais	5,88 a 10	(149.435)	(31.487)	197
Instalações operacionais	2 a 20	(400.214)	(31.445)	1.925
Recipientes transportáveis	4	(163.589)	(22.663)	55.109
Veículos	5 a 33,33	(37.083)	(2.179)	2.600
Móveis e utensílios	3,33 a 20	(18.693)	(2.165)	5
Computadores e periféricos	4,35 a 33,33	(37.523)	(8.358)	9
Benefitorias em propriedade de terceiros	10	(20.374)	(1.188)	1
Outros	6,67 a 10	(445)	(13)	-
<b>Subtotal - Imobilizado</b>	<b>(897.526)</b>	<b>(107.901)</b>	<b>59.506</b>	<b>10.824</b>
Terenos	(536)	-	536	-
Edificações	(18.099)	(11.186)	13.364	(536)
Veículos	(40.995)	(26.297)	61.892	-
Equipamentos industriais	(5.658)	(4.417)	-	-
Computadores e periféricos	(1.789)	(410)	-	-
Equipamentos e instalações de informática	(2.952)	(1.673)	1.690	-
<b>Subtotal - Direito de uso (arrendamento)</b>	<b>(70.029)</b>	<b>(43.983)</b>	<b>76.946</b>	<b>(4.141)</b>
<b>Total</b>	<b>(967.555)</b>	<b>(151.884)</b>	<b>136.452</b>	<b>6.683</b>

A Companhia e sua controlada revisaram a vida útil estimada dos bens do Imobilizado. Após revisão, as taxas de depreciação foram alteradas.

### 10. INTANGÍVEL

#### 10.1. Composição do intangível

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Software	54.965	(33.154)	21.811	16.049
Marcas, patentes e direitos (*)	-	-	-	-
Relacionamentos com clientes	-	-	-	-
Ágio por rentabilidade futura	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>54.965</b>	<b>(33.154)</b>	<b>21.811</b>	<b>16.049</b>

(\*) inclui direito de uso de marcas que pertencem ao Grupo ENI (Controlada Liquigás).

#### 10.2. Movimentação do custo

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Software	43.565	11.400	54.965	159.958
Marcas, patentes e direitos (*)	-	-	-	293.280
Relacionamentos com clientes	-	-	-	363.149
Ágio por rentabilidade futura	-	-	-	1.516.746
<b>Total</b>	<b>43.565</b>	<b>11.400</b>	<b>54.965</b>	<b>2.333.133</b>

(1) Em dezembro de 2020, a Companhia realizou uma estimativa de valor justo dos ativos e passivos recém adquiridos da Liquigás. Durante o período de mensuração foi feita avaliação do valor justo das Unidades Segregadas Liquigás e das Unidades Segregadas Copagaz o que resultou no ajuste da estimativa anteriormente realizada, com base no laudo definitivo elaborado por um avaliador independente.

(2) O saldo se refere à transferência do ativo imobilizado.

#### 10.3. Movimentação da amortização

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Software	10 a 20	(27.516)	(5.638)	(33.154)
Marcas, patentes e direitos (*)	2,94 a 6,66	-	-	(5.716)
Relacionamentos com clientes	2,78	-	-	(10.080)
<b>Total</b>	<b>(27.516)</b>	<b>(5.638)</b>	<b>(33.154)</b>	<b>(49.950)</b>

#### 10.4. Testes do ágio para verificação de impairment

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas no Plano de Negócios da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos (perpetuidade) foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir.

A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média do setor de distribuição de GLP no qual a UGC atua. Tais estimativas são revisadas anualmente e submetidas à revisão e nova aprovação da Administração. A Companhia possui investimento relevante na Liquigás que possui ágio. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2021:

- a) Volume de vendas (% da taxa de crescimento anual)
- b) Preço de venda (% da taxa de crescimento anual)
- c) Margem bruta (% de receita)
- d) Outros custos operacionais - R\$
- e) Dispêndio anual para aquisição de imobilizado - R\$
- f) Taxa de crescimento (volume) - %
- g) Taxa de desconto - %

a) considera o crescimento realizado no período de 2021 comparado ao exercício de 2020.  
b) considera o crescimento realizado no período de 2021 comparado ao exercício de 2020.  
c) considera a margem média com uma porcentagem da receita no período. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no mix de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço.  
d) representa os custos fixos das UGCs, que não variam de maneira significativa com os volumes de vendas ou os preços.  
e) corresponde aos desembolsos de caixa esperados no segmento de distribuição de GLP e se baseia na experiência histórica da Administração.



# COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

### Liquidação 1ª emissão de debêntures

Em 22 de outubro de 2020, a Companhia efetuou a liquidação da sua 1ª emissão de debêntures no valor principal total de R\$ 11.400 e R\$ 7.994 de juros, perfazendo uma liquidação total de R\$ 19.394.

### Liquidação 3ª emissão de debêntures

Em 09 de agosto de 2021, a Companhia efetuou a liquidação da 3ª emissão de debêntures no valor de R\$ 20.972 (inclui juros) por meio da integralização no capital social das debêntures detidas pela Itaúsa.

### 2ª Emissão de Debêntures

Em 10 de dezembro de 2020 a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com Garantia Real, em série única, no valor total de R\$ 1.950.000, com vencimento em 10 de dezembro de 2030.

### Garantias

Em garantia ao pagamento foi constituída alienação fiduciária de ações:

- da totalidade das ações de emissão da Companhia;
- da totalidade das ações de emissão da sua investida Líquigás Distribuidora S.A.

### Ciáusulas Restritivas

As Emissões de Debêntures ocorridas em 2020 estão sujeitas às cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado. Além das determinadas subordinando-se, em ordem de pagamento, a todas as demais obrigações financeiras cujo acompanhamento é anual a partir de 31 de dezembro de 2022:

- Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,00 - Com base nas Demonstrações contábeis consolidadas da Emissora auditadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
- Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50 - Com base nas Demonstrações contábeis consolidadas da Emissora auditadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
- Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,00 - A partir das Demonstrações contábeis consolidadas da Emissora auditadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, inclusive.

### 4ª Emissão de Debêntures

Em 20 de janeiro de 2021 a Companhia realizou a quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em duas séries, sendo o valor total da emissão em R\$ 250.000 sendo a 1ª série no valor total de R\$ 50.000, com vencimento em 18 de janeiro de 2022 e a 2ª série no valor total de R\$ 200.000, com vencimento em 18 de setembro de 2025.

Em 16 de agosto de 2021 foi liquidada parcialmente a 1ª série da 4ª Emissão de Debêntures no valor principal de R\$ 49.000 e R\$ 1.451 de juros, perfazendo o total de R\$ 50.451.

O saldo da 1ª série da 4ª Emissão de Debêntures no valor principal de R\$ 1.000 e R\$ 41 de juros no total de R\$ 1.041 foi liquidado em 18 de janeiro de 2022.

### Garantias

As Debêntures são de espécie subordinada, sem a constituição de qualquer garantia, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, subordinando-se, em ordem de pagamento, a todas as demais obrigações financeiras da Emissora quirográficas ou que gozem de privilégio, nos termos de lei, e terão preferência somente em relação aos créditos dos acionistas da Emissora.

As debêntures foram emitidas nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 que dispõe sobre as ofertas públicas de valores mobiliários distribuídos com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários nos mercados regulamentados.

### 14. ARRENDAMENTOS

Os arrendamentos incluem, principalmente, edificações, cessão de uso onerosa, terrenos e veículos. A movimentação dos contratos de arrendamento reconhecidos como passivos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>No início do exercício</b>	<b>68.457</b>	<b>55.496</b>	<b>208.540</b>	<b>55.496</b>
Aquisição da Líquigás	-	-	-	141.661
Adição	22.110	-	69.178	23.136
Remensuração	13.938	21.136	31.379	31.463
Baixas	(837)	-	(24.154)	(1.751)
Pagamentos do principal	(6.419)	(4.666)	(48.651)	(50.895)
Pagamentos dos juros	(5.390)	(4.295)	(8.114)	(4.295)
Juros sobre arrendamentos incorridos no exercício	5.390	4.295	18.550	17.234
Passivos associados aos ativos mantidos para negociação	-	(3.509)	-	(3.509)
<b>No fim do exercício</b>	<b>97.249</b>	<b>68.457</b>	<b>246.728</b>	<b>208.540</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>8.482</b>	<b>5.118</b>	<b>38.473</b>	<b>41.822</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>88.767</b>	<b>63.339</b>	<b>208.255</b>	<b>166.718</b>

Ano	Controladora			Consolidado		
	Valor presente líquido	Juros embutidos (futuros)	Valor de prestações não descontadas	Valor presente líquido	Juros embutidos (futuros)	Valor de prestações não descontadas
2022	8.482	5.789	14.271	38.473	7.038	45.511
2023	10.140	5.225	15.366	34.903	8.466	43.370
2024	11.077	4.572	15.649	33.124	9.542	42.666
2025	11.776	3.874	15.649	31.909	10.438	42.346
2026	12.518	3.131	15.649	30.627	10.925	41.552
2027	10.352	2.384	12.737	21.241	8.586	29.828
2028 em diante	32.903	9.084	41.987	56.450	160.000	216.450
<b>Total</b>	<b>97.249</b>	<b>34.060</b>	<b>131.308</b>	<b>246.728</b>	<b>214.996</b>	<b>461.723</b>

### Fluxo de caixa

Contraprestação do arrendamento sem direito ao crédito de PIS e COFINS  
 Contraprestação do arrendamento com direito ao crédito de PIS e COFINS  
 PIS (1,65%) e COFINS (7,6%) potencial

### 15. PARTES RELACIONADAS

O Conglomerado Copagaz realiza transações com partes relacionadas com base nos princípios de orientação na celebração e divulgação de transações dessa natureza e em situações em que possa existir potencial conflito de interesses, de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

#### 15.1. Transações comerciais e outras operações

##### 15.1.1. Por operação

	Controladora			Consolidado		
	2021	2020	Total	2021	2020	Total
<b>Ativo</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Total</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Total</b>
Contas a receber	5.058	-	5.058	469	-	469
Outros recebíveis	8.835	-	8.835	-	-	-
Juros sobre o capital próprio (*)	42.806	-	42.806	-	-	-
<b>Total</b>	<b>56.699</b>	<b>-</b>	<b>56.699</b>	<b>469</b>	<b>-</b>	<b>469</b>

	Controladora			Consolidado		
	2021	2020	Total	2021	2020	Total
<b>Passivo</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Total</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Total</b>
Fornecedores	74.754	-	74.754	9.233	-	9.233
Empréstimos e financiamentos	69.192	1.118.647	1.187.839	69.192	1.118.647	1.187.839
Outras contas a pagar	3.449	-	3.449	-	-	-
Dividendos	47.239	-	47.239	1.855	47.239	49.094
Mútuos a pagar para partes relacionadas	-	-	-	-	529	529
<b>Total</b>	<b>194.634</b>	<b>1.118.647</b>	<b>1.313.281</b>	<b>125.664</b>	<b>1.119.176</b>	<b>1.244.840</b>

(\*) Em 29 de dezembro de 2021, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária - AGE a distribuição de dividendos na forma de juros sobre capital próprio (JCP) no total de R\$ 50.359. O valor apresentado está líquido do imposto de renda retido na fonte.

##### 15.1.2. Resultado por operação

Resultado	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas, principalmente das vendas	252.033	1	2.941	46
Despesas financeiras, líquidas	(75.666)	(856)	(75.666)	(857)
Impostos sobre as vendas	(858)	-	-	-
Receitas de serviços de envasamento	1.683	-	-	-
Imposto sobre serviços	(226)	-	-	-
Despesas de armazenagem e envasamento	(8.751)	-	(5.950)	(6.830)
Serviços de frete	(2.073)	(1.903)	(2.073)	(1.903)
Serviços de requalificação de recipientes	(7.072)	(5.914)	(13.969)	(5.914)
Outras operações	(45)	(21)	(1.866)	(31)
<b>Total</b>	<b>159.025</b>	<b>(8.693)</b>	<b>(96.583)</b>	<b>(15.489)</b>

##### 15.1.3. Por empresa

	Controladora			Consolidado		
	2021	2020	Total	2021	2020	Total
Líquigás Distribuidora S.A.	56.699	56.699	75.190	-	75.190	4
NHL Requalificadora de Vasilhames para GLP Ltda.	-	-	517	-	517	295
Transtodogaz Locação e Transportes Ltda.	-	-	2.475	-	2.475	2.402
Itaú Unibanco S.A.	-	-	69.192	1.118.647	1.187.839	975.829
Itaúsa S.A.	-	-	23.112	-	23.112	20.927
Dexco S.A.	-	-	-	-	-	-
MS Administração e Participações S.A.	-	-	24.127	-	24.127	955
Transcopa Transporte e Comércio Ltda.	-	-	21	-	21	121
<b>Total</b>	<b>56.699</b>	<b>56.699</b>	<b>194.634</b>	<b>1.118.647</b>	<b>1.313.281</b>	<b>1.000.533</b>

	Controladora			Consolidado		
	2021	2020	Total	2021	2020	Total
NHL Requalificadora de Vasilhames para GLP Ltda.	-	-	1.503	-	1.503	1
Transtodogaz Locação e Transportes Ltda.	-	-	7.214	-	7.214	2.402
Itaú Unibanco S.A.	-	-	69.192	1.118.647	1.187.839	975.829
Itaúsa S.A.	469	469	23.112	-	23.112	20.927
Dexco S.A.	-	-	-	-	-	-
MS Administração e Participações S.A.	-	-	24.127	-	24.127	955
Transcopa Transporte e Comércio Ltda.	-	-	21	-	21	121
Utalgás Armazenadora S.A.	-	-	495	-	495	-
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	-	-	487	487	-	617
Metalúrgica Plus S.A.	-	-	42	42	-	138
Outros	-	-	-	-	-	28
<b>Total</b>	<b>469</b>	<b>469</b>	<b>125.664</b>	<b>1.119.176</b>	<b>1.244.840</b>	<b>585</b>

##### 15.1.4. Resultado por empresa

Resultado	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Líquigás Distribuidora S.A.	243.881	1	-	-
NHL Requalificadora de vasilhames para GLP Ltda.	(7.117)	(5.935)	(14.017)	(5.954)
Itaú Unibanco S.A.	(74.722)	(829)	(74.722)	(830)
Itaúsa S.A.	(944)	(27)	(944)	(27)
Dexco S.A.	-	-	2.823	46
Transtodogaz Locação e Transportes Ltda.	(1.969)	(1.440)	(3.774)	(1.440)
Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda.	-	-	-	12
Utalgás Armazenadora S.A.	-	-	(5.963)	(6.833)
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	(104)	(463)	(104)	(463)
Transcopa Transporte e Comércio Ltda.	-	-	118	-
Outros	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>159.025</b>	<b>(8.693)</b>	<b>(96.583)</b>	<b>(15.489)</b>

### 15.2. Remuneração da administração da Companhia

As remunerações totais dos membros do Conselho de Administração e do Comitê Executivo da Companhia são apresentadas a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	2021	2020	Total	2021	2020	Total
Salários e benefícios	2.698	424	3.122	14.002	1.651	15.653
Encargos sociais	691	85	776	3.414	330	3.744
Previdência complementar	148	4	152	650	15	665
<b>Remuneração total - pagamento realizado</b>	<b>3.537</b>	<b>513</b>	<b>4.050</b>	<b>18.066</b>	<b>1.996</b>	<b>20.062</b>
<b>Número de membros*</b>	<b>13</b>	<b>5</b>	<b>18</b>	<b>13</b>	<b>5</b>	<b>18</b>

\* Inclui membros estatutários e profissionais.

### 16. TRIBUTOS

#### 16.1. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora			Consolidado		
	2021	2020	Total	2021	2020	Total
<b>Impostos sobre o lucro</b>	<b>20.672</b>	<b>2.589</b>	<b>-</b>	<b>20.743</b>	<b>2.657</b>	<b>8.005</b>
IRPJ a recuperar/a pagar	2.387	345	-	2.387	345	3.291
CSLL a recuperar/a pagar	-	-	12.727	-	-	17.116
IRPJ diferido	-	-	4.887	-	-	6.740
CSLL diferido	-	-	-	-	-	358
<b>Total</b>	<b>23.059</b>	<b>2.934</b>	<b>17.614</b>	<b>23.130</b>	<b>11.896</b>	<b>4.503</b>

(\*) Vide Nota explicativa nº 16.3 letra C.

#### 16.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado		Fundamento para realização
	2021	2020	2021	2020	
Provisão para plano de assistência-médica	21.374	24.067	49.962	58.862	Pagamentos mensais da assistência-médica dos beneficiários assistidos ou reversão de provisão com base na remensuração do passivo atuarial. Recebimento ou caracterização de perda de crédito conforme previsto na legislação fiscal (Decreto 9.580/2018, art. 347, § 1º). Pagamento realizado após a verificação do atingimento dos objetivos estratégicos e metas individuais. Aproveitamento fiscal do crédito de ICMS. Aproveitamento ou ressarcimento do crédito fiscal ou declaração de inconstitucionalidade da legislação vigente. Baixa efetiva dos recipientes transportáveis quando a avaliação dos assessores jurídicos indicarem que não há perspectiva de recuperação dos recipientes transportáveis comoditados, quando esgotadas todas as medidas jurídicas possíveis. Depreciação, amortização ou alienação do ativo e com base na vida útil definida no laudo. Trânsito em julgado em última instância, acordo ou decisão favorável à Companhia.
Perdas de crédito esperadas - PCE	3.661	2.208	9.280	8.000	Geração de lucro real tributável futuro.
Participação nos lucros ou resultados - gestores	2.183	1.122	3.431	1.122	Realização pela venda dos recipientes transportáveis em estoque.
Provisão para perda de ICMS próprio	-	-	41.668	38.910	Realização pela venda do estoque para terceiros.
Provisão para perda de ICMS - Portaria CAT e Btributação	-	-	2.310	1.773	Realização pela contratação de empresa especializada para remediação do passivo ambiental do terreno onde estava estabelecido o antigo centro operativo de Osasco.
Provisão para perdas no Ativo Imobilizado	-	-	834	844	Realização dos pagamentos mensais de indenização.
Mais-valia de ativos	21.864	-	22.768	1.168	Realização pelo pagamento do imposto de renda.
Provisão para contingências IRPJ s/prejuízo fiscal e CSLL s/base negativa	2.400	2.534	18.549	19.027	Realização pelo pagamento dos recipientes transportáveis em estoque.
Provisão para ajuste do valor realizável de recipientes transportáveis	13.735	305	13.735	3.571	Realização pela venda do estoque para terceiros.
Lucro a realizar no estoque	-	-	-	-	Realização pela contratação de empresa especializada para remediação do passivo ambiental do terreno onde estava estabelecido o antigo centro operativo de Osasco.
Provisão de custo de remediação passivo ambiental	-	-	4.748	4.760	Realização pelo pagamento mensais de indenização.
Provisão para indenizações (pensionamentos)	-	-	3.008	2.890	Realização pelo pagamento hábil, conforme previsto na legislação fiscal.
Provisão de despesas inadotáveis	634	-	5.944	7.193	Deudação pelo



# COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

### 18. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR), conforme disposto na legislação em vigor, ocorre baseada em Convenção Coletiva de Trabalho, pactuada entre o sindicato da categoria econômica e as entidades sindicais. O saldo provisionado de 2021 está apresentado na rubrica de Salários, férias e encargos no balanço patrimonial (Nota explicativa nº 12).

O montante provisionado relativo à PLR no exercício de 2021 e 2020 está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				
Vendas	(9.642)	(14.549)	(28.552)	(14.886)
Gerais e administrativas	(3.737)	(4.116)	(11.603)	(4.283)
<b>Total</b>	<b>(13.379)</b>	<b>(18.665)</b>	<b>(40.155)</b>	<b>(19.169)</b>

Em 2021 foi instituído pela Companhia o Programa de Incentivo por Resultados (ICRP), que estabeleceu um reconhecimento financeiro para o corpo Gerencial/Executivo baseado no atingimento dos objetivos estratégicos e metas individuais. O montante provisionado relativo à ICP no exercício de 2021 está apresentado no quadro abaixo e na rubrica de Salários, férias e encargos no balanço patrimonial (Nota explicativa nº 12).

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				
Vendas	(942)	(3.083)		
Gerais e administrativas	(5.477)	(7.007)		
<b>Total</b>	<b>(6.419)</b>	<b>(10.090)</b>		

### 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### 19.1. Capital social

Em 9 de agosto de 2021 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do Capital Social da Copagaz, por meio da integralização das debêntures detidas pela Itaúsa, no valor de R\$ 21. A referida integralização resultou em um aumento de participação acionária da Itaúsa de 0,43%, passando dos anteriores 48,5% para os atuais 48,93%.

Em 31 de dezembro de 2021 o Capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 435.588 (R\$ 432.788 em 2020) está representado por 352.429.844 ações ordinárias nominativas sem valor nominal (349.488.759 ações ordinárias nominativas sem valor nominal em 2020).

O Capital social está distribuído conforme segue:

Acionista	Quantidade de ações	Valor R\$	Participação
MAS Administração e Participações S.A.	179.999.866	263.298.782	51,07%
Itaúsa S.A.	172.430.018	172.288.956	48,93%
<b>Total</b>	<b>352.429.884</b>	<b>435.587.738</b>	<b>100,00%</b>

#### 19.2. Reservas de lucros

##### a) Reserva legal

A Reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do Lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do Capital social. A Reserva legal tem por fim assegurar a integridade do Capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

##### b) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

#### 19.3. Dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia está sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida Lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, da Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades Anônimas.

Em 31 de dezembro de 2021, foram propostos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 47.239 (R\$ 1.855 em 2020) que correspondem a 25% do lucro líquido depois de constituída a reserva legal, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

A movimentação dos dividendos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é demonstrada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Destinação do resultado</b>				
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>198.901</b>	<b>39.016</b>	<b>198.901</b>	<b>39.016</b>
Compensação prejuízo	-	-	(31.207)	-
	198.901	39.016	167.694	39.016

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Apropriação	-	-	(9.945)	(390)
Reserva legal	-	-	188.956	7.419
<b>Lucro básico para determinação dos dividendos obrigatórios</b>	<b>(47.239)</b>	<b>(1.855)</b>	<b>(47.239)</b>	<b>(1.855)</b>
<b>Total dos dividendos</b>	<b>(47.239)</b>	<b>(1.855)</b>	<b>(47.239)</b>	<b>(1.855)</b>

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Dividendos por ações - R\$</b>	<b>0,13</b>	<b>0,01</b>	<b>0,13</b>	<b>0,01</b>
Outras apropriações:				
Reserva de retenção de lucros	-	-	(141.717)	(5.564)

**19.4. Resultado por Ação**  
O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as ações da Companhia não possuíam nenhum efeito dilutivo.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Numerador básico	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício operações continuadas	196.672	23.257	193.617	23.166
Lucro líquido do exercício operações descontinuadas	2.229	15.759	5.284	15.850
Denominador básico	-	-	-	-
Quantidade média ponderada de ações	350.713.556	349.488.759	350.713.556	349.488.759
Lucro básico por ação - R\$	-	-	-	-
De operações continuadas	0,56	0,07	0,55	0,07
De operações descontinuadas	0,01	0,05	0,02	0,05

### 20. RECEITA DAS VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita de produtos	2.805.064	1.992.975	10.591.580	2.120.261
Receita de serviços	14.191	6.897	46.026	8.122
Receitas de produtos e serviços - operações descontinuadas	(25.964)	-	(332.880)	-
<b>Receita bruta</b>	<b>2.793.291</b>	<b>1.999.872</b>	<b>10.304.726</b>	<b>2.128.383</b>

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Menos:				
Impostos incidentes	(19.990)	(17.096)	(79.553)	(33.715)
Devoluções e abatimentos	(31.833)	(33.047)	(65.340)	(40.099)
Comissões aos revendedores (bonificações)	-	-	(44.893)	-
Operações descontinuadas	75	-	57.194	-
<b>Total</b>	<b>2.741.543</b>	<b>1.949.729</b>	<b>10.172.134</b>	<b>2.054.569</b>

### 21. CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo dos produtos e serviços	(2.466.722)	(1.625.759)	(9.179.551)	(1.709.591)
Custo dos produtos e serviços - operações descontinuadas	22.665	-	228.238	-
Despesas com pessoal, inclui PLR	(138.645)	(131.756)	(447.830)	(141.107)
Depreciação e amortização (*)	(28.215)	(53.110)	(125.544)	(23.691)
Serviços, fretes e alugueis	(4.441)	(5.175)	(227.886)	(5.537)
Materiais aplicados no engrandecimento e requalificação	(26.532)	(25.930)	(59.661)	(27.744)
Publicidade e propaganda	(8.705)	(8.342)	(14.277)	(8.925)
Água e energia elétrica	(3.291)	(3.918)	(8.293)	(4.192)
Combustíveis e lubrificantes	(2.232)	(2.181)	(18.369)	(2.334)
Outros	(68.067)	(35.675)	(143.298)	(72.110)
Despesas - operações descontinuadas	1.084	-	38.176	-
<b>Total</b>	<b>(2.723.101)</b>	<b>(1.891.846)</b>	<b>(9.958.295)</b>	<b>(1.995.231)</b>

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Na Demonstração do Resultado</b>				
Custo dos produtos e serviços	(2.444.057)	(1.625.759)	(9.951.313)	(1.709.591)
Despesas com vendas	(165.229)	(79.475)	(641.461)	(84.863)
Despesas gerais e administrativas	(113.815)	(186.612)	(365.521)	(200.777)
<b>Total</b>	<b>(2.723.101)</b>	<b>(1.891.846)</b>	<b>(9.958.295)</b>	<b>(1.995.231)</b>

(\*) Em 31 de dezembro de 2021, o valor da depreciação e amortização é apresentado líquido dos créditos de PIS e COFINS de R\$ 266 na Controladora e R\$ 2.494 no Consolidado.

### 22. TRIBUTARIAS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Crédito COFINS não cumulativo	-	-	185	4.266
Crédito PIS não cumulativo	-	-	40	926
ICMS	(799)	(1.143)	(4.472)	(2.549)
IFI	(564)	(1.068)	(564)	(220)
PTU	(1.244)	(1.283)	(3.844)	(3.868)
Taxas de meio ambiente	(414)	(484)	(1.704)	(1.703)
COFINS e PIS sobre outras receitas	-	-	(911)	(843)
Emolumentos	(717)	(722)	(1.440)	(1.525)
Outros	(1.239)	(1.077)	(2.996)	(620)
Operações descontinuadas	8	-	1.430	-
<b>Total</b>	<b>(4.969)</b>	<b>(5.777)</b>	<b>(14.276)</b>	<b>(6.136)</b>

### 23. OUTRAS RECEITAS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Outras receitas</b>				
Alienação de investimento (Gasônia)	113.664	-	113.664	-
Valor justo sobre permuta de participações	309.216	-	309.216	-
Venda de ativos	28.043	31.563	79.680	2.281
Encargos contratuais	123	19	2.133	19
Ganhos de processo judicial	276	877	276	877
Reversão da provisão para perdas em ativos imobilizados	-	-	885	-
Reversão da provisão custo remediação de passivo ambiental	-	-	37	-
Baixa de passivo de arrendamento	-	-	28.085	-
Outras	926	4.616	5.408	4.671
Operações descontinuadas	110	-	1.267	-
<b>Subtotal - Outras receitas</b>	<b>452.358</b>	<b>37.075</b>	<b>540.651</b>	<b>7.848</b>

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Outras despesas</b>				
Custo com a alienação de investimento (Gasônia)	(66.001)	-	(66.166)	-
Custo com a permuta de participações	(99.784)	-	(99.784)	-
Provisão para processos judiciais	(14)	-	(12.602)	-
Encargos contratuais	(270)	-	(18.525)	(1.286)
Residual imobilizado baixado, principalmente, de recipientes transportáveis sucateados	(22.524)	(29.345)	(93.866)	-
Provisão para indenizações/pensionamentos	-	-	(182)	(1)
Baixa de ativo de arrendamento	-	-	(28.209)	-
Provisão para perda de recipientes transportáveis	-	-	(2.197)	(1.340)
Provisão plano de assistência-médica (assistidos)	-	-	(960)	-
Provisão para perda de ICMS a recuperar e a repassar	-	-	(9.784)	(178)
Outras	-	(370)	(1.162)	(354)
<b>Subtotal - Outras despesas</b>	<b>(188.593)</b>	<b>(29.715)</b>	<b>(333.437)</b>	<b>(3.159)</b>
<b>Total</b>	<b>263.765</b>	<b>7.360</b>	<b>207.214</b>	<b>4.689</b>

### 24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros sobre aplicações financeiras	624	1.159	1.752	1.159
Juros sobre atrasos e parcelamento de débitos de clientes	4.298	3.255	13.025	3.403
Outras	608	538	787	540
Operações descontinuadas	(27)	-	(423)	-
<b>Total</b>	<b>5.503</b>	<b>4.952</b>	<b>15.141</b>	<b>5.102</b>

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Despesas financeiras</b>				
Empréstimos bancários	(4.843)	(2.125)	(9.606)	(2.125)
Taxas e comissões bancárias	(1.950)	(6.209)	(4.417)	(6.470)
Juros sobre passivo atuarial	(4.692)	(5.045)	(11.765)	(5.217)
Juros sobre arrendamentos (*)	(5.390)	(4.052)	(17.865)	(4.329)
Juros sobre debêntures	(134.795)	(2.136)	(134.795)	(2.136)
Juros passivos	(8.200)	(2.716)	(9.176)	(2.546)
Custo de emissão de debêntures	(5.213)	-	(5.213)	-
Operações descontinuadas	9	-	358	-
<b>Total</b>	<b>(165.074)</b>	<b>(22.283)</b>	<b>(192.479)</b>	<b>(22.823)</b>

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Variáveis monetárias, líquidas</b>				
Variáveis monetárias ativas	10.140	435	14.826	-
Variáveis monetárias passivas	(2.667)	(640)	(2.996)	(179)
Operações descontinuadas	-	-	(65)	-
<b>Total</b>	<b>7.473</b>	<b>(205)</b>	<b>11.765</b>	<b>(179)</b>

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Operações descontinuadas</b>				
Receitas	-	-	-	-
Despesas	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(152.098)</b>	<b>(17.536)</b>	<b>(165.573)</b>	<b>(17.900)</b>

(\*) Em 31 de dezembro de 2021 no Consolidado, os juros são apresentados líquidos dos créditos de PIS e COFINS de R\$ 685.

### 25. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, além dos depósitos judiciais são apresentados a seguir:

#### 25.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia e sua controlada estão envolvidas em processos legais de natureza trabalhista, tributário, cível, regulatório, concorrencial e ambiental no curso normal de suas operações, e constitui provisões de valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis.

Os valores provisionados são os seguintes:

||
||
||



# COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

### 26.4. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital e pagamentos de dividendos. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, dívidas de curto e longo prazo, financiamento de projetos e transações de vendas. Estas origens de recursos somadas à posição financeira da Companhia deverão continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2021:

	Controladora					
	2021		2020			
	Até 1 ano	Superiores há 1 ano	Até 1 ano	Superiores há 1 ano	Total	Total
<b>Passivo</b>						
Fornecedores e contas a pagar	142.457	142.457	-	25.232	25.232	-
Empréstimos e financiamentos	2.184.536	165.649	2.018.887	2.247.663	292.014	1.955.649
Dividendos a pagar	47.239	47.239	-	1.855	1.855	-
<b>Total</b>	<b>2.374.232</b>	<b>355.345</b>	<b>2.018.887</b>	<b>2.274.750</b>	<b>319.101</b>	<b>1.955.649</b>

	Consolidado					
	2021		2020			
	Até 1 ano	Superiores há 1 ano	Até 1 ano	Superiores há 1 ano	Total	Total
<b>Passivo</b>						
Fornecedores e contas a pagar	177.580	177.580	-	178.240	178.240	-
Empréstimos e financiamentos	2.226.602	207.715	2.018.887	2.247.663	292.014	1.955.649
Dividendos a pagar	47.239	47.239	-	1.855	1.855	-
<b>Total</b>	<b>2.451.421</b>	<b>432.534</b>	<b>2.018.887</b>	<b>2.427.758</b>	<b>472.109</b>	<b>1.955.649</b>

### 26.4.1. Gerenciamento de risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez adotada pela Companhia é adequada ao ciclo de investimentos de médio e longo prazo, incluindo financiamento de fornecedores e projetos.

### 26.5. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado das vendas e do custo dos produtos vendidos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Companhia.

### 26.6. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos, decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoa, tecnologia e infraestrutura da Companhia, bem como de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação.

O Conglomerado possui cobertura securitária para mitigar o efeito de eventos adversos sobre o seu resultado (Nota explicativa nº 27).

### 26.7. Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia tem como objetivo a manutenção de sua estrutura de capital em níveis adequados, visando à continuidade do seu negócio e o aumento de valor para seus acionistas. As principais fontes de recursos da Companhia têm sido a geração operacional de caixa e os recursos de terceiros obtidos através de empréstimos de longo prazo e captações de curto prazo junto as instituições financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(32.851)	(59.706)	(70.594)	(110.932)
Empréstimos e financiamentos curto prazo	165.649	292.014	207.715	292.014
Empréstimos e financiamentos longo prazo	2.018.887	1.955.649	2.018.887	1.955.649
Arrendamentos curto prazo (Nota 14)	8.482	5.118	38.473	41.822
Arrendamentos longo prazo (Nota 14)	88.767	63.339	208.255	166.718
<b>Endividamento líquido</b>	<b>2.248.934</b>	<b>2.256.414</b>	<b>2.402.736</b>	<b>2.345.271</b>
Patrimônio líquido	1.675.183	1.492.746	1.675.183	1.492.746
<b>Endividamento líquido/(Endividamento líquido + Patrimônio líquido)</b>	<b>57,31%</b>	<b>60,18%</b>	<b>58,92%</b>	<b>61,11%</b>

### 27. SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos seus ativos, com fundamento em avaliações de bens conforme técnicas de engenharia para cobertura de sinistros de incêndios, responsabilidade civil e outros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

No entanto, o valor segurado é considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas por eventuais sinistros que venham a ocorrer.

Os itens e valores segurados em 31 de dezembro de 2021 são:

Ativo	Tipos de cobertura	Importância segurada
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Básica (incêndio, raio e explosão) e coberturas acessórias. Perdas financeiras, em consequência da prestação de serviços como atos, erros ou omissões e aos custos de defesas de ações judiciais, danos morais e restituição de imagem.	195.000
Responsabilidade civil administradores	Operações, produtos, empregador, contingência de veículos, poluição ambiental, danos morais, erro médico e objetos.	75.000
Responsabilidade civil geral	Danos materiais e danos corporais causados a terceiros (por veículo).	42.000
Veículos		1.200

### 28. AVAIS E GARANTIAS

Os itens dados como garantia em processos estão apresentados no quadro a seguir:

	Controladora				
	Trabalhistas	Tributários e fiscais	Concorrencial	2021	2020
<b>Tipo</b>					
Seguro garantia	-	-	12.695	12.695	-
Carta fiança	564	26.648	-	27.212	21.417
<b>Total</b>	<b>564</b>	<b>26.648</b>	<b>12.695</b>	<b>39.907</b>	<b>21.417</b>

	Consolidado					
	Trabalhistas	Tributários e fiscais	Cíveis	Concorrencial	2021	2020
<b>Tipo</b>						
Recipientes transportáveis - P13	90	60	15	-	165	165
Seguro garantia	11.785	58.068	2.909	19.831	92.593	85.961
Carta fiança	564	32.827	-	4.975	38.366	36.391
<b>Total</b>	<b>12.439</b>	<b>90.955</b>	<b>2.924</b>	<b>24.806</b>	<b>131.124</b>	<b>122.517</b>

## DECLARAÇÃO DO COMITÊ EXECUTIVO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Copagaz Distribuidora de Gás S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rua Guararapes, 1855, 12º andar, Brooklin Paulista Novo, São Paulo (SP), inscrita no CNPJ sob nº 03.237.583/0001-67, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### DIRETORIA

**Antonio Carlos Moreira Turquetto**  
Diretor Presidente

**Eduardo Elias Zahran Filho**  
Diretor

**Pedro João Zahran Turquetto**  
Diretor

**Sandra Ines Ribeiro** - Técnica Contábil - CRC 1SP157725/O-4

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas  
Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Copagaz Distribuidora de Gás S.A. ("Companhia", "Individual" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Copagaz Distribuidora de Gás S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copagaz Distribuidora de Gás S.A. e da Copagaz Distribuidora de Gás S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente.

Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Porque é um PAA

#### Redução ao valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura

Notas explicativas 3.12, 4.3 e 10.4

A Companhia possui registrado em seu ativo intangível, ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, oriundo da aquisição da Liquegás Distribuidora S.A. ocorrida em dezembro de 2020.

O referido ágio tem sua recuperação baseada em projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos da administração, incluindo a definição de unidade geradora de caixa, preço médio líquido do GLP, volume de venda e dispêndio anual para aquisição de imobilizado e taxa de desconto, entre outras. Para efetuar o cálculo do valor recuperável, a administração calculou o valor em uso através da metodologia do fluxo de caixa descontado.

Consideramos que essa área permaneceu como foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância do saldo, bem como o fato de que variações na determinação das premissas adotadas pela administração podem impactar a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, podem resultar em ajuste material nos resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia.

#### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável, da metodologia de avaliação, das premissas e dados utilizados no cálculo, assim como o critério adotado pela administração para a definição da unidade geradora de caixa.

Avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Envolvermos nossos especialistas na área de avaliação de negócios para nos apoiar na análise e teste da taxa de desconto, análise da metodologia empregada e razoabilidade das projeções.

Em relação às principais premissas adotadas pela administração, como o preço e volume de venda e dispêndio anual para aquisição de imobilizado, avaliamos, por meio de análises de sensibilidade, se variações individuais ou cumulativas aproximariam o valor recuperável do valor contábil. Para as demais premissas, levamos em consideração o comportamento histórico, respectivas tendências e

outras evidências que corroboram os dados utilizados. Avaliamos, também, a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração envolvidos no cálculo do valor recuperável.

Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que as premissas, os dados utilizados e a metodologia de avaliação do valor recuperável adotados pela administração são razoáveis. Assim como, as divulgações efetuadas sobre o tema estão adequadas em relação às evidências por nós obtidas.

### Porque é um PAA

#### Provisão para benefício de assistência médica pós-emprego

Notas explicativas 3.23, 4.4, e 17

A administração da Companhia efetua avaliação detalhada dos programas de benefícios oferecidos aos seus empregados e ex-empregados e constitui passivo para os benefícios de assistência médica que se qualificam como obrigações pós-emprego.

O cálculo atuarial envolveu a necessidade de utilização de uma adequada base de dados e definição de premissas com elevado grau de subjetividade, relacionadas com hipóteses econômicas, biométricas, entre outras.

Consideramos que esse tema como um dos principais assuntos de nossa auditoria pois alterações nas principais premissas utilizadas pela administração podem trazer impactos relevantes nas obrigações constituídas relacionadas a benefício de assistência médica pós-emprego.

#### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Entre outros procedimentos, obtivemos entendimento e testamos as informações dos participantes nos bancos de dados e a razoabilidade das principais premissas fornecidas pela administração aos especialistas para a elaboração dos cálculos atuariais.

Com o apoio dos nossos especialistas internos em cálculos atuariais, avaliamos a competência técnica dos avaliadores externos contratados pela administração, bem como analisamos a coerência geral, lógica e aritmética dos cálculos efetuados. Também efetuamos análise das taxas de desconto e principais premissas utilizadas pelos avaliadores externos. Por fim, efetuamos recálculo do valor presente dos fluxos de caixa das obrigações de assistência médica pós-emprego.

Consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da avaliação atuarial e da provisão para planos de benefício de assistência médica pós-emprego são razoáveis e consistentes com as divulgações nas notas explicativas.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se

### 29. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 2021 foram cindidas e transferidas, nos termos firmados no Acordo de Ato de Concentração, as seguintes unidades operacionais:

- Para a empresa Gasônia: o acervo líquido e fundo de comércio do segmento envasado da unidade de São José dos Campos (SP) e os ativos da Unidade operacional de Goiânia (GO) de propriedade da Copagaz e o acervo líquido e fundo de comércio de comércio de Cuiabá (MT) que pertencia a Liquegás.

- Para a empresa NGC: os acervos líquidos e fundos de comércio dos segmentos envasado e empresarial das unidades de Mauá (SP), Canoas (RS), Passo Fundo (RS), Salvador (BA) Jequié (BA) e São Francisco do Conde (BA); o fundo de comércio do segmento envasado e os acervos líquidos (unidades operacionais e ativos vinculados ao fundo transferido) das Unidades de Araucária (PR), Bauru (SP), Presidente Prudente (SP) e Londrina (PR); os acervos líquidos e fundo de comércio do segmento empresarial das Unidades São José dos Campos (SP) e Brasília (DF); o acervo líquido vinculado ao fundo de comércio dos segmentos envasado e empresarial da Unidade de Goiânia (GO) de propriedade da Copagaz e os acervos líquidos e fundos de comércio das unidades de Betim (MG), Campo Grande (MS) e Macaé (RJ) de propriedade da Liquegás.

A segregação destas unidades ocorreu dentro do período de 180 dias a contar da data da aquisição da Liquegás, conforme previsto no Acordo em Ato de Concentração firmado pelas acionistas perante o CADE.

	Controladora	Consolidado
	2021	2021
<b>Receita líquida das vendas</b>	<b>20</b>	<b>25.889</b>
Custo dos produtos e serviços	21	(22.665)
<b>Lucro bruto</b>	<b>3.224</b>	<b>47.448</b>
<b>Despesas operacionais, líquidas</b>		
Vendas	21	(1.069)
Gerais e administrativas	21	(15)
Tributárias	22	(8)
Perdas de crédito esperadas - PCE, líquidas	6.2	(34)
Outras receitas (despesas), líquidas	23	110
	<b>(1.016)</b>	<b>(40.721)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos</b>	<b>2.208</b>	<b>6.727</b>
Receitas financeiras	24	26
Despesas financeiras	24	(9)
Variações monetárias, líquidas	24	-
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>18</b>	<b>130</b>
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>2.226</b>	<b>6.857</b>
Imposto de renda e contribuição social		4
<b>Lucro líquido proveniente de operações descontinuadas</b>	<b>2.229</b>	<b>5.284</b>

### 30. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 23 de setembro de 2021 a Copagaz efetuou uma "Proposta Não Vinculante" relativa à aquisição da carteira de clientes do Segmento de Condomínios da empresa Embu Individualizadora e Administradora de serviços de GLP LTDA (I-Gás).

A Administração da I-Gás manifestou o "aceite" da referida proposta no dia 30 de dezembro de 2021. O escopo da proposta prevê, além da cessão da carteira de clientes, a prestação de serviços de medição pela I-Gás para os clientes da Liquegás.

A conclusão da transação, prevista para ocorrer até setembro de 2022, está condicionada a discussão e acordo das partes sobre a prestação de serviços pela I-Gás à Copagaz e Liquegás, aos resultados de auditoria, autorizações dos órgãos de governança das partes envolvidas na negociação e a celebração de contrato definitivo.

O valor da transação será ajustado com base na carteira de clientes transferida na data do fechamento pela I-Gás à Copagaz.

causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.